



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Protocolo nº 1971/2021
5/10/2021 - 16:21

Mensagem nº 037 /2021

Cordeirópolis, 05 de outubro de 2021

Senhora Vice Presidente (no exercício do cargo de Presidente)
Senhoras Vereadoras;
Senhores Vereadores.

Para análise e aprovação dessa **Egrégia Casa Legislativa**, estamos remetendo o incluso Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal de Cordeirópolis a ceder ao **Departamento Estadual de Transito - DETRAN SP**, imóvel público, mediante cessão de uso, a título gratuito, conforme especifica e dá outras providências.

O objeto deste projeto é ceder para uso do **DETRAN - Unidade do Detran de Cordeirópolis – Circunscrição Regional de Transito - CIRETRAN**, imóvel parte da área Institucional, localizada na Rua José Oliva Del Teso nº 615, esquina com a Avenida Aristeu Marcicano, na cidade de Cordeirópolis SP, com uma área construída de 288,98 m² (duzentos e oitenta e oito metros quadrados e noventa e oito décimos quadrados) parte da área Institucional com área de 752,10 metros quadrados, de propriedade do Município de Cordeirópolis.

A presente propositura visa o interesse público, justificado em razão da prestação de serviços de transito a população do Município de Cordeirópolis, mediante cooperação técnica, material e operacional com vista à manutenção e funcionamento da unidade descentralizada do DETRAN - **Unidade do Detran de Cordeirópolis – Circunscrição Regional de Transito – CIRETRAN**.

Denota-se do texto legal supracitado que o imóvel mencionado, por se tratar de bem público, poderá ser objeto de concessão de direito real de uso, desde que precedida de autorização legislativa, podendo ser dispensado o certame licitatório, diante do relevante interesse público justificado pela colaboração na prestação de serviços de transito a população do Município de Cordeirópolis

Portanto, a referida concessão deverá ser outorgada a título gratuito, pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por prazo igual, desde que persista o interesse público, mediante a celebração do competente instrumento entre as partes, devidamente justificado, ficando a concessionária obrigada a observar as condições previstas na lei, sob pena de revogação da cessão, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas

Considerando o alcance social das atividades de prestação de serviços de transito a população do Município de Cordeirópolis, solicitamos a atenção dos membros desse **Poder Legislativo** para a apreciação e deliberação do presente Projeto de Lei.

continua



Por outro lado, cabe salientar que ao imóvel de que trata a presente Lei, ao menos momentaneamente, não há outra destinação a ser dada pelo poder público.

São estas, Senhor Presidente, as razões que consideramos oportunas para a apresentação do presente Projeto de Lei, e que submetemos à aprovação dessa Augusta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, despeço-me reiterando elevados votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,



José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

A

Excelentíssima Senhora

Vereadora Neusa Aparecida Damelio Marcelino de Moraes

M.D. Vice- Presidente, no exercício do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei nº 67 de 05 de outubro de 2011

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Cordeirópolis a ceder ao Departamento Estadual de Transito - DETRAN SP, imóvel público, mediante cessão de uso, a título gratuito, conforme especifica e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que apresentou a judiciosa apreciação da Colenda **Câmara de Veredores de Cordeirópolis** o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o **Poder Executivo Municipal**, autorizado a fazer a cessão de uso, a título gratuito, de imóvel de propriedade do Município de Cordeirópolis, ao **Departamento Estadual de Transito – Detran-SP**.

§ 1º - O lote parte da área Institucional, localizada na Rua José Oliva Del Teso nº 615, esquina com a Avenida Aristeu Marcicano, na cidade de Cordeirópolis SP, com área de 752,10 metros quadrados, tem as seguintes confrontações: mede 30,51 metros do lado direito confrontando com a CEI Marta Salibe Abrahão, daí deflete a esquerda com distancia de 25,15 metros confrontando com a Escola Estadual Odecio Lucke, daí deflete a esquerda com distancia de 21,38 metros com frente para a Avenida Aristeu Marcicano, daí segue em curva com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 14,14 metros na esquina da rua José Oliva Del Teso com a Avenida Aristeu Marcicano e segue por 19,08 metros confrontando com a Rua José Oliva Del Teso, fechando assim o perímetro com uma área de 752,10 metros quadrados.

§ 2º - Será objeto de cessão de direito real de uso, a título gratuito, para o **Departamento Estadual de Transito – Detran-SP**, do imóvel com área construída de 288,98 m² (duzentos e oitenta e oito metros quadrados e noventa e oito décimos quadrados), parte da área Institucional descrita no § 1º, desta Lei, devendo ser ordenado por meio de projeto aprovado pela **Secretaria Municipal de Obras e Planejamento**.

Art. 2º - O imóvel objeto da presente cessão de direito real de uso, a título gratuito, tem por destinação o funcionamento da **Unidade do Detran de Cordeirópolis – Circunscrição Regional de Transito - CIRETRAN**

Art. 3º - Tendo em vista o relevante interesse público, justificado em razão da prestação de serviços de transito a população do Município de Cordeirópolis, mediante cooperação técnica, material e operacional com vista à manutenção e funcionamento da unidade descentralizada do **DETRAN - Unidade do Detran de Cordeirópolis – Circunscrição Regional de Transito - CIRETRAN**, bem assim, considerando que a cessão se faz a título gratuito, fica dispensado o Processo Licitatório.

continua



Art. 4º - A cessão será feita pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por prazo igual desde que persista o interesse público, mediante a celebração do competente instrumento entre as partes, devidamente justificado, ficando a concessionária obrigada a observar as condições previstas na Lei, sob pena de revogação da cessão.

Art. 5º - A cessionária fica obrigada a observar as condições abaixo especificadas, sob pena de revogação da cessão, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas, a saber:

I – manter-se regularizada perante os Órgãos Públicos, seja Federal, Estadual ou Municipal.

II – não alterar a finalidade da cessão, sob pena da cessionária ter que devolver, imediatamente, o bem ao Município, bem assim, ser responsabilizada pelos prejuízos decorrentes da mora, se promover embaraço na devolução do imóvel.

III – não transferir, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos decorrentes da cessão, sem a anuência do Poder Executivo Municipal.

IV – atender, fielmente, as normas e exigências dos Poderes Públicos.

V – zelar para que não ocorra inutilização ou destruição do bem.

Art. 6º - Findo o prazo estabelecido no art. 4º da presente Lei e não havendo prorrogação entre as partes, deverá a cessionária entregar o imóvel à Municipalidade com todas as benfeitorias ali realizadas, sem qualquer direito de retenção ou indenização, e independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

Art. 7º - A cessionária somente poderá realizar edificações no imóvel mediante autorização expressa do Município atendida as normas e legislação vigente.

Art. 8º - As despesas com manutenção e conservação do bem correrão por conta da cessionária, não cabendo qualquer indenização ou compensação quando ocorrer o término da cessão por qualquer motivo.

Art. 9º - A cessão de uso será feita sem ônus tributário incidente sobre o imóvel.

Art. 10. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto o que se fizer necessário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos de setembro de 2021, 123 do Distrito e 74 do Município.


José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis



MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO

O **Município de Cordeirópolis (SP)**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Francisco Orlando Sotcco nº 35, centro, inscrita no CNPJ sob nº 44.660.272/0001.93, representado por seu Prefeito, Sr. José Adinan Ortolan, residente e domiciliado nesta cidade, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº de _____, doravante denominado **CEDENTE**; e o **Departamento Estadual de Transito – Detran-SP**, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua João Bricola nº 32, 1º andar São Paulo SP, representado neste ato pelo Sr. _____, brasileiro, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado a _____ nº _____, Município _____, doravante denominado **CESSIONÁRIO**.

Acordaram e ajustaram, nos termos da Legislação Municipal, a cessão de uso, a título gratuito, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O **CEDENTE** cede imóvel público de propriedade do Município de Cordeirópolis, ao **Departamento Estadual de Transito – Detran-SP**, mediante cessão de uso, a título gratuito, para o **CESSIONÁRIO**, visando cooperação técnica, material e operacional com vista à manutenção e funcionamento da unidade descentralizada do DETRAN - **Unidade do Detran de Cordeirópolis – Circunscrição Regional de Transito - CIRETRAN**.

CLÁUSULA SEGUNDA - A cessão de uso vigorará por 5 (cinco) anos a contar da data da publicação da Lei, podendo ser renovada ou revogada, a critério da Administração Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O imóvel objeto da presente Cessão de Uso destina-se ao funcionamento da Unidade Descentralizada do DETRAN - **Unidade do Detran de Cordeirópolis – Circunscrição Regional de Transito - CIRETRAN**, devendo o imóvel objeto de cessão ser utilizado exclusivamente para a execução das atividades do **CESSIONÁRIO**, sendo vedada a utilização do imóvel para outro fim, sob pena de rescisão do presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – O **CESSIONÁRIO** deverá respeitar a legislação municipal vigente, objeto desta cessão.

CLÁUSULA QUINTA – O **CESSIONÁRIO** se obriga a velar pela boa conservação do objeto da cessão, bem como das construções existentes sobre o mesmo, empregando para tanto todo cuidado e diligência devidos.

CLÁUSULA SEXTA – Será de inteira responsabilidade do **CESSIONÁRIO**, a reparação de qualquer dano material ocasionado nos bens ora cedidos, tendo o mesmo o prazo de (_____) dias para reparar o dano ou indenizá-lo.

CLAUSULA SEXTA - Fica o **CESSIONÁRIO** único responsável pela execução de obras e construções necessárias para o adequado funcionamento e emissão do Alvará de funcionamento na área de cessão.



Parágrafo Único – As benfeitorias ora executadas pelo **CESSIONÁRIO** são de propriedades da mesma, devendo ser desconstruídas ao final da cessão de uso, estipulado na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - Serão de responsabilidade exclusiva do **CESSIONÁRIO**, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente cessão de uso.

CLÁUSULA NONA – A CEDENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo **CESSIONÁRIO**, com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objeto deste contrato. Da mesma forma, a **CEDENTE** não será responsável, a qualquer título que seja por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do **CESSIONÁRIO** ou de evento danoso proveniente de sua culpa e, ainda, decorrente de caso fortuito ou força maior

CLÁUSULA DÉCIMA – O **CESSIONÁRIO** se obriga, ainda, a restituir o uso do espaço cedido, ao término do prazo da cessão ou das atividades, nas mesmas condições em que recebeu.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - No caso de não cumprimento de qualquer exigência formulada pelo **CEDENTE**, bem como na hipótese de não cumprimento de qualquer obrigação assumida no presente termo, ensejará a rescisão, ficando ainda o **CESSIONÁRIO** sujeito à responsabilização civil e administrativa que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - A presente cessão aplica-se às normas e princípios de direito administrativo e subsidiariamente os de direito civil.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – As partes elegem o Foro da Comarca de Cordeirópolis (SP), para dirimir qualquer questão resultante desta cessão de uso, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, acordados, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para todos os fins e efeitos legais


José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis
Cedente

Departamento Estadual de Transito – Detran-SP.
Cessionário

Testemunhas

Nome
RG nº

Nome:
RG nº